

Documentário

Constitui lugar comum a respeito de nossa vida cultural o fato de não sermos amigos de conservar documentos ou prestar testemunhos. Os homens públicos, entre nós, não se julgam obrigados a fazer memórias, nem crêem na sua utilidade; não mantêm diários; não guardam minutas das cartas que escrevem. Daí, muitas vezes, o espanto de alguns biógrafos ao registrar que as figuras que procuram reviver não rasgavam papéis. Foi o caso de Joaquim Nabuco, assinalado por sua filha. Será, todavia, uma exceção, tão reiterada vem sendo a queixa de historiadores ante a penúria de informações. Anos depois de participarem dos acontecimentos, quando convocam suas reminiscências, nossos políticos e administradores têm de admitir que, em geral, elas são vagas e traiçoeiras, e dificilmente lhes permitem reconstituir os fatos como se passaram, e menos ainda o estado de espírito, tão fugidio, que a eles presidiu. No entanto, dia a dia se torna mais importante êsse gênero de depoimento, menos pelo valor próprio, que acaso apresente, de que como sintoma de uma intensa vida cívica, que importa preservar por todos os meios.

Roosevelt talvez tenha sido o homem público contemporâneo que mais larga compreensão revelou quanto à necessidade de aparelhar as gerações futuras com as peças fundamentais para o seu próprio julgamento histórico e o de seu tempo. Não se limitou a publicar, ainda vivo, documentos acêrca de sua atividade política: legou ao povo norte-americano a mansão tradicional de sua família — Hyde Park — para que ali se instalasse opulento arquivo particular e se constituísse um centro de estudos sôbre o período — verdadeira encruzilhada — em que dirigiu os destinos do país. Do outro Roosevelt — Theodore Roosevelt — iniciou há tempos a Universidade Harvard a publicação de uma parte apenas, embora a mais significativa, de sua correspondência: cêrca de 100.000 cartas versando sôbre fatos e pessoas que encheram mais de meio século de vida norte-americana.

Churchill e De Gaulle, Truman e Ciano, Eisenhower e Weygand, Maurras e tantos outros, para citar apenas nomes em evidência, também contribuíram para que se elaborasse com autenticidade a versão definitiva (se houver) dos fatos referentes à segunda Guerra Mundial. No Brasil, ao contrário, são poucas e quase sempre de medíocre valor as contribuições voluntárias ou indiretas para a reconstituição do passado.

Mas não nos escasseia apenas o depoimento de primeira mão, escrito muitas vezes com a perfídia saborosa de um Oliveira Lima em suas Memórias. O documento básico, que permite ajuizar de um processo evolutivo, que depõe sobre as vicissitudes por que vem passando uma instituição política ou administrativa, as mais das vezes se perde ou extravia ou não adquire — por displicência dos próprios órgãos que a êle se prendem — o relêvo a que faz jus; nem tampouco é ponderado ou valorizado porque fica esquecido em repositórios de difícil consulta, fora do alcance do estudioso que mora no interior, onde raramente se encontram coleções completas do “Diário Oficial” ou de outras publicações governamentais. No entanto, nunca será demais lembrar a justeza daquela afirmação de Brunetière de que, nas circunstâncias atuais, a verdadeira fonte histórica ainda é o documento publicado, tanto é certo que, em meio à torrente de matéria impressa, dificilmente sobrenada o dado expressivo.

As atividades de Documentação desdobram-se, como é sabido, em duas partes: uma estática, representada pelo cauteloso, bem orientado e minudente trabalho de coleta, sistematização e guarda de documentos de vária natureza; e a outra dinâmica, que se constitui dos recursos utilizados para que alcancem e beneficiem o maior número de pessoas as informações contidas nesses documentos. Em se tratando de peças administrativas, o assunto requer, no panorama brasileiro, atenção especial: se o primeiro dos aspectos tem merecido certo cuidado por parte de estudiosos e interessados no assunto, o segundo não tem despertado o interesse que deveria merecer, se considerarmos que não se guardam documentos senão para que sejam conhecidos e inspirem, talvez, a ação futura. Na verdade, a administração se beneficia com essa divulgação, mantendo continuidade e coerência nos seus atos.

Foi nessa ordem de idéias que julgamos oportuno iniciar uma nova seção — Documentário — na “Revista do Serviço Público”,

a fim de melhor satisfazer às necessidades de documentação de valor indiscutível, no concernente à evolução de instituições políticas e administrativas do país. A difusão que a nossa Revista tem obtido, por todo território nacional, através de quase vinte anos de publicação ininterrupta, leva a crer que exista, nos Estados e Municípios, receptividade e compreensão para o projeto. Dir-se-à que o verdadeiro pesquisador, afeito ao trato e manuseio de fontes históricas, com relativa facilidade localizaria êsses documentos. Seria até certo ponto procedente a objeção, se cogitássemos apenas de reproduzir o documento, embora o escoimando, sempre que possível, dos defeitos com que porventura primeiro tivesse vindo a lume. E' nossa intenção, porém, apresentar o documento, isto é, preceder sua reprodução de esclarecimentos, que lhe ressaltem o significado para tal ou qual aspecto da história de nossas instituições.

Inaugurando Documentário no próximo número com a transcrição das razões de veto do Presidente Epitácio Pessoa ao projeto de lei do Congresso que orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1922, estamos certos de reviver o interesse dos estudiosos por uma peça clássica, no fundo e na forma, que amplia a compreensão da evolução política e administrativa do Brasil. Com efeito, não se trata apenas de um documento de excepcional valor intrínseco: suas conseqüências políticas mediatas e imediatas, os pronunciamentos de ordem intelectual e jurídica a que deu ensejo (parecer Melo Franco e diversos votos em separado na Câmara dos Deputados), fazem dêsse veto um marco na história dos regimes presidencial e representativo em nossa Pátria.

A experiência nos ensinará se esta iniciativa daçora corresponde ou não à intenção de bem servir com que a promovemos.